

A AGROECOLOGIA E SUA APROPRIAÇÃO PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Ricardo Serra Borsatto¹

Maristela Simões do Carmo²

Resumo

Nos últimos anos diferentes movimentos sociais ao redor do mundo têm internalizado em seus ideários novos valores e princípios epistemológicos edificados sobre as bases da sustentabilidade ambiental e equidade social. Dentro desse contexto, esse artigo objetivou compreender o processo de adoção de um discurso baseado na Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tanto foram analisados documentos produzidos pelo MST, realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças do Movimento e avaliações sobre a realidade socioambiental de alguns assentamentos. Ao fim da pesquisa concluiu-se que apesar de o MST se posicionar na vanguarda entre os movimentos sociais camponeses em relação à disseminação da Agroecologia, isso ainda não tem sido suficiente para modificações significativas nos processos produtivos dos assentados, sendo que importantes entraves terão que ser superados para que essa se torne um paradigma dominante junto aos seus militantes. Ademais, aponta-se que não existe uma resposta pontual para a superação desses entraves e que múltiplas terão que ser as ações a serem executadas por diferentes agentes além do MST.

Palavras-chave: Agroecologia, MST, indicadores sócio-ambientais, reforma agrária, questão camponesa

¹Doutor, Professor Associado da FATEC Itapetininga, ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br

²Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação da FEAGRI/UNICAMP e da Faculdade de Ciências Agronômicas (UNESP), stella@fca.unesp.br

INTRODUÇÃO

Atualmente no rural brasileiro estão em disputa duas visões antagônicas de desenvolvimento, a primeira comumente chamada de agronegócio, cujas premissas baseiam-se no consumo intensivo de bens de origem industrial para a produção de produtos agrícolas; a segunda pode ser denominada de visão agroecológica que, ao inverso da primeira, preconiza a utilização de recursos autóctones pelos agricultores.

Esse antagonismo não se constitui sem motivos, visto que a opção por um, ou outro caminho, repercute em diferentes setores da sociedade; seja nos setores industriais de produção de insumos agrícolas e de alimentos, seja na dimensão ambiental, na segurança e soberania alimentar das populações e, até mesmo, no padrão de consumo da sociedade.

É certo que o modelo aqui denominado de agronegócio ainda é hegemônico na realidade rural brasileira, porém, por outro lado, é perceptível que alguns grupos sociais passaram a internalizar novos valores e princípios epistemológicos que se refletem na construção de uma nova racionalidade produtiva para o campo, edificada sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social.

Um desses grupos, de marcante relevância no cenário rural brasileiro, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas últimas décadas esse Movimento tem migrado de um discurso que se baseava na mesma lógica produtiva do agronegócio para outro mais aderente à visão agroecológica, passando a incorporar ao centro de seu ideário conceitos como o de respeito e resgate da agricultura camponesa, bem como as diretrizes da Agroecologia.

Dentro deste contexto é que se insere o presente trabalho, que teve como escopo compreender como vem se processando a adoção do discurso agroecológico dentro do MST, entender sua fundamentação e construção, suas contradições e as dificuldades enfrentadas para sua concretização.

Para tanto foram utilizadas duas abordagens metodológicas complementares, a análise dos documentos produzidos pelo MST e a realização de entrevistas semi-estruturadas com cinco lideranças do Movimento, representando diferentes regiões do país.

A escolha para estudar a dinâmica do discurso agroecológico, especificamente no MST, se justifica pelo reconhecimento do poder mobilizador e de transformação que esse movimento possui, já que militam sob a sua bandeira centenas de milhares de famílias de agricultores espalhados por todo o Brasil.

Deste modo, considerou-se que, do estudo desse processo, podem-se extrair importantes lições para os diferentes grupos sociais que também vêm lutando pela construção de um rural mais sustentável ao redor do mundo.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi fundado em 1984, mas, como explica FERNANDES (2008), sua gestação começou a ocorrer pelo menos cinco anos antes, quando posseiros e arrendatários de diferentes regiões do país, começaram a realizar ocupações de propriedades e conduzir diferentes lutas de resistência para permanecer em suas terras. Essas ações começaram a emergir de forma quase simultânea em distintos Estados da Federação.

Por trás de todas essas lutas estavam as rápidas transformações dos aspectos socioeconômicos que a agricultura brasileira vinha sofrendo na década de 1970, como consequência da adoção, pelo Estado, do padrão de desenvolvimento preconizado pela *Revolução Verde*, servindo de modelo para a modernização do rural brasileiro.

Muito já foi estudado sobre esse assunto, e aqui não cabe o resgate desse momento da história do campo brasileiro. Frisa-se somente que esse foi um período de intensas transformações do meio rural, com fortes incentivos estatais à modernização das lavouras, à expansão das grandes propriedades e à adoção dos modernos *pacotes tecnológicos* para produção. Esse período foi posteriormente, bem denominado, de *modernização conservadora* ou *modernização dolorosa* da agricultura brasileira³, visto que ao mesmo tempo em que as técnicas agrícolas se modernizavam, a concentração fundiária aumentava, e como consequência ocorreram um forte processo de pauperização dos pequenos agricultores e um intenso êxodo rural.

³ O período da modernização conservadora da agricultura brasileira (1965/79) se caracterizou por uma forte adoção de técnicas inovadoras de produção e industrialização de produtos agrícolas. De fato, beneficiou somente um número restrito de agricultores, o que aumentou em muito a concentração de terras, a desigualdade social no campo e o êxodo rural. Para maiores informações recomendam-se as leituras de GRAZIANO DA SILVA (1982); MARTINE e GARCIA (1987); KAGEYAMA et al. (1990); MARTINE (1990).

Em decorrência desse processo de modernização, muitos grupos de agricultores, agora sem terras, começaram a protestar contra o modelo de desenvolvimento adotado que os excluía. Porém, estavam isolados e dispersos pelos amplos espaços do território brasileiro (WOLFORD, 2003; VERGARA-CAMUS, 2009).

Graças ao trabalho da Comissão Pastoral da Terra⁴ (CPT), que promoveu encontros dos camponeses, com vistas a que superassem seu isolamento, esses agricultores começaram a se organizar e suas reivindicações passaram a ganhar mais relevância na pauta dos assuntos nacionais (STÉDILE e FERNANDES, 2005).

Fruto desse trabalho foram os encontros que culminaram com a criação do MST em 22 de janeiro de 1984, no município de Cascavel (PR), como um *movimento camponês* de luta pela reforma agrária e contra o capitalismo (MST, 2005a).

A principal característica do MST é o seu modo de lutar pela terra que ocorre via ocupação de propriedades. Como defende FERNANDES (2008, p. 33), o MST se territorializa pela ocupação de terra sendo esta uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato. Além das ocupações BALETTI et al. (2008) creditam o sucesso do MST também a sua autonomia em relação ao estado brasileiro e a constante formação de novas lideranças.

Muito da práxis do MST é proveniente do aprendizado com outros movimentos antecedentes de luta pela terra, que foram desmantelados durante a ditadura militar⁵, mas serviram como fonte de importantes lições para a sua estruturação (STÉDILE e FERNANDES, 2005; WELCH, 2009).

Em meados da década de 1990 o MST já estava organizado em 23 Estados do Brasil e tinha se tornado o principal movimento social do país, que com a sua política de ocupações forçava a execução da reforma agrária no Brasil. Daí pode-se concluir que a reforma agrária somente entra na pauta das discussões nacionais, e é levada a cabo no Brasil, em grande parte, devido à pressão exercida pelo MST junto às instâncias governamentais, seja via ocupação de terras, ou outras formas de pressão como, ocupação de prédios públicos, marchas, acampamentos em beiras de rodovias, bloqueio de estradas, manifestações em frente de agências bancárias e encontros.

⁴ A CPT é um organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação e, atualmente estende suas atividades para quase todos os estados do Brasil.

⁵ Esse período da história do Brasil se inicia em 31 de março de 1964 com o golpe impetrado pelos militares e, desafortunadamente persistente até 1984, num processo de abertura com passagens lentas das perdas individuais de liberdade à democracia dos dias atuais.

Outro ponto característico do MST é que, desde a sua fundação, vem se transformando para se adaptar às novas realidades impostas pelas conjunturas políticas e históricas. Tal fato pode ser constatado na relação com os vários governos federais, que tiveram diferentes modos de se relacionar com o Movimento, variando de apoio às suas causas até tentativas de criminalizar o Movimento. Também vem se adaptando à mudança do perfil de seus militantes, que se num primeiro momento eram posseiros e arrendatários, num segundo passaram a se caracterizar por serem antigos empregados rurais, e mais recentemente por terem origem urbana. Todos esses fatores impõem ao MST a adoção de diferentes formas de luta, condicionadas às conjunturas políticas e sociais.

Essa abertura para mudanças do MST, onde velhos posicionamentos são substituídos por novos, é uma característica a qual deve ser creditada a resistência do Movimento e merece ser mais bem estudada. Muito dessa flexibilidade se deve à sua estrutura organizacional, que busca dar representatividade à massa de camponeses e se caracteriza por ser múltipla em seu desenho, com instâncias formais e informais, que se integram de diferentes maneiras.

Essa estrutura organizacional permite que o Movimento esteja em constante transformação, apesar de todas as conflituosidades internas inerentes a um movimento social do tamanho e abrangência do MST.

O DISCURSO PRODUTIVISTA

Desde sua fundação, até meados da década de 1990, é notória a influência do marxismo ortodoxo, com fortes inspirações nos escritos de Kautsky e Lênin, em questões relativas à organização da produção nos assentamentos rurais tutelados pelo MST. Isso se evidencia no fomento do cooperativismo, em bases coletivistas, ocorrido durante o início da década de 1990.

Nessa época o MST constrói toda uma estrutura específica para a promoção dessa forma de cooperativismo em seus assentamentos. Segundo BORGES (2010), o MST via na cooperação a principal saída para a viabilidade econômica da produção, que como resultado promoveria o desenvolvimento econômico nos assentamentos. No entanto, a proposta de cooperação agrícola do MST indicava um modelo uniforme para os assentamentos, centrado numa ótica predominantemente econômica. Isto permitiu a elaboração de um projeto único, em relação ao modo de organização social, para

assentamentos rurais de todo país, sem levar em consideração as especificidades regionais. Este modelo se materializava pelo incentivo à implantação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) nos assentamentos, considerada pelo Movimento como a mais viável das alternativas.

Cada CPA organizava-se em um único assentamento, tendo como premissa que a posse da terra e dos demais meios de produção fossem coletivos, e com a diretriz de agregar valor à produção agropecuária por intermédio de processos de agroindustrialização dentro do próprio assentamento (BRENNEISEN, 2002).

Por outro lado, a proposta das CPAs extrapolava os limites econômicos e buscava uma formação mais abrangente de seus membros (BORGES, 2010). Em suma, como escreveu Fabrini (2002, p. 85) “A idéia é que as cooperativas possam criar condições favoráveis à construção do socialismo.”

Segundo SCOPINHO (2007), foram organizadas mais de 40 CPAs em diferentes regiões do território brasileiro, sendo que muitas inteiramente coletivizadas, tornando-se “verdadeiras ilhas socialistas”, tanto em relação à organização do trabalho, como em relação aos outros aspectos da vida doméstica, como por exemplo, a alimentação em refeitórios coletivos.

Para estimular o cooperativismo, nessa vertente de caráter estritamente coletivista, o MST organizou diversos cursos de formação para os assentados, baseados na chamada *teoria de organização do campo*, que se caracterizava por ser altamente impositiva, determinando um modelo organizacional aos assentados. Baseada nas teorias de Marx, Kautsky e Lênin, da superioridade do proletariado urbano, desqualificava o chamado *comportamento ideológico camponês* que era caracterizado como isolacionista, individualista e personalista, sendo que este comportamento deveria ser eliminado (BRENNEISEN, 2002).

BORGES (2010) explica que essa teoria possibilitou a elaboração de uma proposta cooperativista, baseada na forte mecanização, na divisão e especialização do trabalho e na produção em escala, tendo como principal referencial teórico o pensamento de Kautsky.

A implementação dessa teoria tinha em vista a construção de grandes fazendas de produção coletiva, de inspiração kautskiana e leninista, no modelo dos colcozes soviéticos, onde todos os meios de produção seriam coletivos, intensamente mecanizadas, com grande utilização de agroquímicos, especializadas, com agroindústrias para transformação da mercadoria e com divisão científica do trabalho.

Preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial, pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e concomitantemente desenvolver a consciência revolucionária.

Durante alguns anos esse foi o modelo de assentamento preconizado e incentivado pelo MST, que investiu seu poder organizativo nesse projeto. Projetos de agroindustrialização de grande escala foram executados, na maioria das vezes, fundamentados em bases inconsistentes e contraditórias.

Severas críticas, por diferentes autores, foram desferidas a esse modelo de organização de assentamentos; por ter um padrão impositivo, construído de “cima para baixo”, que despreza as características inerentes do campesinato como autonomia e autossuficiência, por possuir uma visão maniqueísta, ser homogeneizador, desprezar as características regionais de cada território, não considerar a heterogeneidade das histórias de vida presentes em cada assentamento, por ser alienador, entre outras considerações (BERGAMASCO e CARMO, 1991; BRENNEISEN, 2002; FABRINI, 2002; NAVARRO; 2002; BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Tanto pelos motivos citados acima, que impediram que a maioria da base social do MST aderisse ao projeto, mas também devido à intervenção do Estado, incompetência gerencial e estratégica e condições macroeconômicas, muitas das CPAs entraram em crise, fato que evidenciou a inviabilidade prática desse projeto.

Em relação ao aspecto produtivo, esse modelo se baseava exclusivamente nas proposições da *Revolução Verde*, ocorrência que levou os assentados a dependerem do mercado para aquisição de todos os insumos necessários à produção agrícola. Ademais, como produziam majoritariamente *commodities* para o mercado, também ficaram dependentes dessa relação comercial quanto aos preços auferidos por sua produção.

Como expõe BARCELLOS (2010), as preocupações do Movimento nesse período não estavam direcionadas às tecnologias empregadas no processo produtivo, mas sim ao sistema econômico e social que as circundavam.

O que se observou, no entanto, foi que os princípios extraídos dos escritos de Marx, Lênin e Kautsky, quando transformados em práxis pelo MST, não se confirmaram. As CPAs, salvo exceções, não viraram modelos de sucesso a serem seguidos, pelo contrário, criaram nos assentados um forte sentimento de resistência a este projeto cooperativista coletivizado. Por sua vez, a maior parte dos agricultores, apesar da falta de um projeto de desenvolvimento, continuou a (sobre)viver como assentados, adotando outras estratégias de produção e sobrevivência.

Com a falência desse modelo, o Movimento se viu órfão de diretrizes teóricas e políticas que subsidiassem suas ações em relação à organização dos assentamentos. O MST precisou buscar novos aportes teóricos e, mais enfaticamente estabelecer novas práticas para continuar o seu trabalho.

Atualmente o cooperativismo ainda continua sendo um dos eixos principais nos debates do Movimento, porém agora de forma mais flexível e democrática, levando em consideração a valorização das especificidades locais.

O SURGIMENTO DO DISCURSO AGROECOLÓGICO

Em meados da década de 1990, com a crise e o questionamento da proposta de coletivização levada a cabo até então pelo MST, abriu-se espaço para novas discussões e avaliações, que culminaram na elaboração de outras orientações políticas. Nesse novo contexto o debate sobre a Agroecologia (mesmo ainda não estando bem claro o que este termo significava) começou a ganhar relevância nos espaços internos do Movimento (BARCELLOS, 2010; BORGES 2010).

Isso pode ser verificado na Proposta de Reforma Agrária do MST de 1995 (MST, 2005b), onde o questionamento ao modelo preconizado anteriormente começou a sofrer críticas.

“O atual modelo adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. E é completamente predatório aos nossos recursos naturais: solo água, clima, fauna e flora. É sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, quanto por comprometer os recursos naturais das gerações futuras.” (MST, 2005b, p. 192-193)

E mais do que isso, este documento apresentou algumas propostas para a construção de um novo modelo produtivo para os assentamentos, modelo esse que deveria considerar a dimensão ambiental.

PICOLOTTO e PICCIN (2008) creditam essa mudança de rumo das orientações políticas do MST a três fatores: a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina.

Segundo os autores, os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento, enquanto o terceiro ampliou o leque de relações institucionais do MST, colocando as suas lideranças em contato com outros movimentos sociais internacionais que já haviam incorporado a questão ambiental em sua pauta e agregado novos referenciais teóricos.

A partir de seu IV Congresso Nacional realizado em 2000, o MST, trouxe para o centro de seus debates a discussão sobre a “organização dos assentamentos”. Isto ocorreu devido à percepção de que era necessário aprimorar o modelo de assentamento efetivado até então, que se caracterizava por priorizar, notadamente durante a implantação, as dimensões ligadas ao trabalho e à produção; modelo este que acabava por dar prioridade aos aspectos econômicos da existência e relegava a um segundo plano as outras dimensões da vida (BORSATTO *et al.*, 2007).

COSTA NETO e CANAVESI (2003) identificaram referências a pelo menos três outras dimensões - ambiental, política e cultural - nos documentos oriundos desse Congresso, o que, em suas concepções, intensificou o conteúdo do discurso do MST rumo à sustentabilidade.

Em relação à destinação da produção, sugeriu-se que esta deveria estar voltada prioritariamente à segurança alimentar da família, garantindo alimentação de qualidade e abundante. Com relação às técnicas produtivas o texto diz:

“Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica.” (MST, 2000, p. 50-51)

Foi a partir de seu IV Congresso Nacional que o MST assumiu de forma explícita a Agroecologia como uma base na qual deveria se erigir a realização da reforma agrária no Brasil (GONÇALVES, 2008; BARCELLOS, 2010; BORGES, 2010).

A Agroecologia emerge no discurso do MST não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um forte questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que, por sua vez, fomentavam uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (COSTA NETO e CANAVESI, 2003; DELGADO, 2008; KARRIEM, 2009).

VALADÃO e MOREIRA (2009) destacam que a Agroecologia para o Movimento exerce dois papéis importantes, o de *resistência* e o de *superação*, sendo que a *resistência* se manifesta como uma resposta ao modelo de agricultura convencional que expulsa os camponeses do campo; e a *superação* pela possibilidade de se construir um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e demais formas de vida. Ainda concluem afirmando que, para o MST a Agroecologia não é um fim, mas uma estratégia para alcançar uma sociedade mais justa e solidária.

No documento do IV Congresso Nacional, várias foram as ações deferidas e fomentadas pelo Movimento com vistas a internalizar a Agroecologia nos assentamentos rurais. Por suposto que essas ações não foram realizadas com a mesma intensidade por todo o território nacional, diferenças em nível estadual são facilmente verificáveis.

De toda forma, passados mais de 10 anos, pode-se afirmar que o MST tem obtido pouco sucesso na difusão desse novo paradigma. Sistemas produtivos coerentes com os princípios agroecológicos ainda são marginais nos assentamentos vinculados ao MST (DELGADO, 2008).

Por outro lado, cabe ressaltar que pela análise dos documentos produzidos, o MST mudou de forma radical o seu discurso nos últimos anos, quando comparado com o defendido no início de sua formação até meados da década de 1990.

O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume um lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental. Para o MST, enquanto organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa revolucionária e passa a ser um *sujeito criando a sua própria existência*, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o gérmen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor. Metodologias em que o saber camponês é valorizado passam a ser usadas nos espaços de formação do

Movimento (MST, 2007a; TONÁ e GUHUR, 2009; RAMOS FILHO e SEVILLA GUZMAN, 2010).

Em relação à aproximação com os debates relativos à questão ambiental, isso passa a ocorrer de forma mais profunda quando o Movimento se aproxima dos demais movimentos camponeses ligados à Via Campesina.

No V Congresso Nacional, realizado no ano de 2007, aprofunda-se ainda mais a valorização dos preceitos agroecológicos como caminho para a consolidação da reforma agrária, que passa a ser denominada de *popular*.

A temática da soberania alimentar, principal bandeira de luta da Via Campesina, passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do Movimento (MST, 2007b).

Atualmente, como podem ser verificadas em sua *Proposta de Reforma Agrária Popular* todas as demandas e esforços relativos à questão da produção, realizados pelo MST, vão em direção ao fomento da Agroecologia, que é citada de forma constante no texto (MST, 2009b). Isto demonstra que a defesa da Agroecologia dentro do MST está em uma curva ascendente, em contraponto ao discurso produtivista/coletivista de fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas, antes vigente.

Aponta-se que o discurso agroecológico no MST vem sempre fortemente vinculado a duas outras temáticas afins, a da soberania alimentar e da luta contra o agronegócio. O que por sua vez, aproxima o Movimento cada vez mais das demandas de seus protagonistas, isto é dos agricultores, já que introspecta em seu seio, idéias e características que sempre estiveram presentes no seu modo de produzir (ou viver), em nítido contraponto ao discurso anteriormente vigente, que tinha sua origem muito mais vinculada às questões sindicais citadinas.

ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS

Com vistas a compreender o discurso do MST em relação à Agroecologia, além da análise documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro lideranças e com um intelectual orgânico⁶ com forte vínculo histórico com o Movimento.

⁶ Conceito desenvolvido por GRAMSCI (2004), para definir os intelectuais que conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual não de forma isolada das condições

Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro, preliminarmente testado, constituído por 22 (vinte e duas) questões agrupadas em três blocos. O primeiro visava recolher os dados pessoais do entrevistado; o segundo bloco tinha como objetivo compreender os fundamentos teóricos e dogmáticos que estavam por trás do discurso da Agroecologia; enquanto o terceiro buscou compreender o processo que vem sendo conduzido para a efetivação desse discurso em prática pelo Movimento.

As entrevistas tiveram a duração aproximada de uma hora cada, onde se tentou estabelecer um diálogo informal entre pesquisador e entrevistado e assim suscitar um discurso mais livre e descontraído. O foco norteador das entrevistas foi compreender como se formou e vem se constituindo o discurso da Agroecologia no MST.

Após isso foram definidas seis categorias para a análise dos discursos, sendo elas: a) Definição de Agroecologia para o MST; b) Emergência do discurso agroecológico; c) Resistência das lideranças; d) Ações de fomento à Agroecologia promovidas pelo MST; e) Fatores limitantes à difusão da Agroecologia nos assentamentos; f) A realidade agroecológica dos assentamentos.

Faz-se importante ressaltar que apesar dos entrevistados exercerem diferentes funções dentro do MST e, atuarem em diferentes realidades territoriais, foi constatada uma grande coerência entre seus discursos.

- Definição de Agroecologia para o MST

Uma característica marcante nos discursos dos entrevistados foi de que, para eles e para o MST, a Agroecologia é muito mais do que uma técnica produtiva ou uma ciência, abarcando uma variedade de outras dimensões, além do manejo de um determinado agroecossistema.

“Nós do MST [...] entendemos que a Agroecologia não se constitui num simples sistema de produção, ou seja, não é agricultura orgânica ou biodinâmica. Ela também não só se restringe a um método científico. Por mais, a gente defende que a Agroecologia são princípios e conceitos que vão contribuir de forma, estruturada e crítica, que isso talvez seja um elemento que nós temos crítico em relação aos principais pensadores” (ENTREVISTADO 4).

“Ela [a Agroecologia] traz um arcabouço teórico que permite questionar o modo de produção que está aí, também não podemos considerar a

sociopolíticas que os cercam, mas sim no interior da sociedade civil, impregnados por uma concepção ético-política na busca de um consenso em torno de um projeto de classe.

Agroecologia um conjunto de técnicas que você vai aplicar” (ENTREVISTADO 5).

A Agroecologia emerge na fala dos entrevistados com duas fortes características. A primeira como uma via que permite a superação de diversas dificuldades com as quais os assentados se deparam em sua realidade concreta (produção, falta de meios de produção, saúde, alimentação, entre outras).

“[...] a gente vê a Agroecologia como uma das saídas em relação a esta questão da vida. [...] a questão da Agroecologia, é lutar por uma vida melhor. É preservar os trabalhadores a viver um pouco mais, [...] o veneno causa câncer, o veneno causa doença e tem tirado a vida de muitos trabalhadores.” (ENTREVISTADO 2).

A segunda se caracteriza por um forte discurso anti-hegemônico de luta contra o agronegócio, concorde com a ideologia atual do Movimento.

“Eu vejo a Agroecologia, como um dos pilares importantes e fundamentais para enfrentar o agronegócio, para enfrentar o capital [...]” (ENTREVISTADO 2).

“[...] não reproduzir e se contrapor a um modelo de produção inicialmente latifundiário, que atualmente é do agronegócio [...]” (ENTREVISTADO 4).

Das entrevistas percebeu-se que existem dois diferentes discursos referentes à Agroecologia dentro do MST, um mais voltado para o público interno (assentados), onde questões relativas à produção, alimentação e saúde são valorizadas, e outro mais voltado para um público externo, com um forte viés político contra-hegemônico.

Porém, destaca-se que não foram observadas incoerências entre esses dois discursos, já que eles se articulavam harmonicamente na fala dos entrevistados, sendo que um fortalecia o outro, de modo que o discurso mais político incentivava a adoção de processos produtivos preconizados pela Agroecologia, enquanto a adoção desses processos reforçava o discurso político.

- Emergência do discurso agroecológico

As falas dos entrevistados evidenciaram que o processo de adoção de uma perspectiva ambiental, dentro do discurso e das ações do Movimento, ainda está sendo construída.

Esse fato não surpreende, já que o MST não nasceu como um movimento ambiental, e sim como um movimento social de massas que luta por uma distribuição mais justa da terra.

A percepção de que a sua luta social também é uma luta pela melhor distribuição dos recursos naturais, ainda é um fato recente no Movimento, que começa a ganhar relevância a partir do momento em que o MST passa a participar da Via Campesina, em 1993.

“A Agroecologia surge como política principal, a partir de 1993, na hora em que o Movimento tomou uma decisão política, não vamos defender o uso de agrotóxico, não vamos defender o discurso transgênico [...]” (ENTREVISTADO 1).

“Esse debate, ele vem mais de noventa para cá [...] O MST já pautava esse assunto da Agroecologia, mas um debate mais interno, um debate mais interno para nossa base mesmo.” (ENTREVISTADO 2).

Concomitantemente, com a crise do modelo coletivista, abriu-se um espaço político que permitiu a emergência de um discurso que abarcasse preocupações ambientais.

“Esse debate dentro do Movimento, ele vem [...] de 1992, 1993, [...]. Mas no Setor de Produção, muitos técnicos militantes, já vinham questionando o modelo, mas não tinham grande voz. Então, nós estávamos com um processo de CPAs, as grandes cooperativas que tentaram utilizar muito o pacote da Revolução Verde, então algumas tentativas dessas foram frustradas, [...] esses projetos negativos abriram espaços pra esse novo diálogo. A discussão dentro do Movimento começou em 1992, 1993, 1994, com alguns técnicos começando a questionar o modelo. Em 1996, 1997 começou a criar um espaço maior.” (ENTREVISTADO 5).

Nas entrevistas também ficou evidente que a consolidação de um discurso que contemplasse as proposições agroecológicas é lenta, fruto de discussões e conflitos internos, formando muito mais um processo evolutivo de construção social do que uma simples oposição de ideologias.

Assim, a perspectiva ambiental veio caminhando de uma temática marginal para uma posição cada vez mais importante dentro do Movimento, até que a Agroecologia emergiu como uma diretriz nos documentos do IV Congresso Nacional, em 2000, e ganhou ainda mais relevância no V Congresso Nacional, em 2007.

“[...] eu lembro que nós começamos a discutir esse processo, da mudança da matriz tecnológica, foi a partir de 2000, a partir do Encontro Nacional do Movimento, da Coordenação Nacional Ampliada [...]” (ENTREVISTADO 3).

“[...] mais especificamente, para datar historicamente, o último congresso, o V Congresso do MST, que é a maior instância da organização, foi definida essa prioridade de se adotar o tema da Agroecologia.” (ENTREVISTADO 4).

Porém, é importante matizar que apesar de ganhar cada vez mais relevância nas discussões, discursos e ações do MST, o tema da Agroecologia não é, e aparentemente não se pretende que seja, um tema central e determinante para o Movimento.

Como foi percebido nos discursos dos entrevistados, existem outros assuntos de maior importância, tais como a luta pela terra e a viabilização de infraestruturas básicas nos assentamentos.

Em outras palavras, a Agroecologia é um tema crescente e importante, mas não é possível afirmar que o MST seja um movimento agroecológico, mas sim um movimento *também* agroecológico.

“Eu diria que ele [a Agroecologia] é um tema permanente, emergente e crescente.” (ENTREVISTADO 1).

“Olha, dentro do MST tem vários temas que nós debatemos, a Agroecologia é um desses temas. Quem tem o papel fundamental de fazer esse debate, de puxar esse debate, é mais o Setor de Produção [...]” (ENTREVISTADO 2).

“Hoje, acho que ela já está sendo um tema referencial no debate do Movimento” (ENTREVISTADO 3).

“Acho que não é o tema central, ele é um tema importante, que está presente em diversas ações ligadas aos assentamentos” (ENTREVISTADO 4).

“[...] não é que ela seja um marginal, ela permeia as discussões. [...] Dentro do setor de produção ele é um tema presente [...]” (ENTREVISTADO 5).

Isso ocorre pela percepção de que a proposta da Agroecologia apesar de consistente e abrangente, não é uma panacéia que solucionará todos os problemas vivenciados pelos militantes do Movimento.

- Resistência das lideranças

Uma das hipóteses do trabalho era a de que haviam resistências, de origem teórica, por parte de algumas lideranças em relação à adoção da Agroecologia como protagonista central das articulações do MST.

Essa hipótese se justificava pela história do Movimento, que até um passado recente defendia o discurso da maximização produtiva, bem como pela percepção de que em alguns Estados, as ações relacionadas à Agroecologia avançam mais do que em outros.

As entrevistas refutaram essa hipótese. Por meio delas foi possível constatar que, no passado sim havia a presença dessa resistência, porém atualmente esse não é o fator limitante para a adoção das propostas agroecológicas nos assentamentos.

Por certo que sua aceitação ainda não é unânime, até porque uma das características do Movimento é a sua heterogeneidade. Há os que ainda não acreditam que a Agroecologia possa ser um caminho, mas atualmente são uma minoria sem forças para barrar as tentativas de ações de mudança.

“Olha, de todo mundo que eu entrevistei, que eu conversei, ninguém é contra a produção agroecológica, ninguém oferece resistência à produção agroecológica” (ENTREVISTADO 1).

“[...] mas o MST, por mais que tenha essa formação tradicional marxista-leninista, uma parte maoísta, mas existe uma grande visão que é também, uma visão crítica interna, sobre os marxistas ortodoxos [...]” (ENTREVISTADO 2).

“[A resistência das lideranças] já superou bastante, no início se percebia bastante [...]. Então, hoje, quase 100% da militância do Movimento está convencida que o rumo é esse.” (ENTREVISTADO 3).

“[...] uns sete, cinco anos para mais, esse era um tema que ainda tinha muita dúvida, na coordenação do MST.” (ENTREVISTADO 4).

“Politicamente nós resolvemos isso, claro que pode ter algum outro que você vai entrevistar [...]” (ENTREVISTADO 4).

“O Movimento é feito de pessoas, e têm pessoas dentro do Movimento que ainda pensam dessa forma, outros não pensam assim.” (ENTREVISTADO 5).

- Ações de fomento à Agroecologia promovidas pelo MST

Nessa categoria buscou-se compreender se a Agroecologia para o MST se localiza somente no nível discursivo, ou se enquanto organização, ele vem realizando ações concretas para sua propagação.

Nas entrevistas foram listadas ações que o MST tem promovido para a disseminação desse novo paradigma, com foco nas ações formativas e nos esforços

junto ao aparato estatal para que sejam desenvolvidas políticas públicas de fomento à Agroecologia, principalmente no tocante ao crédito e assistência técnica.

“Primeiro é essa questão de buscar uma política pública, um financiamento, que possa financiar essa questão da Agroecologia junto dos assentados. Essa é uma das pautas nossas. Uma outra, nós vamos continuar formando os jovens técnicos em Agroecologia [...]” (ENTREVISTADO 2).

“Em termos de ações praticas do fortalecimento e de incentivo à Agroecologia são ações voltadas na formação de agricultores e agricultoras, como filhos de agricultores [...]” (ENTREVISTADO 3).

“Como necessita de formação, de criar recursos humanos que pensem dessa forma, acho que o grande passo que o Movimento deu, foi nas escolas.” (ENTREVISTADO 5).

Com essas afirmações pode-se constatar que o MST tem realizado esforços no sentido de concretizar, junto a sua base social, o discurso da Agroecologia. Contudo, apesar desses esforços, os entrevistados deixaram claro que eles são limitados, muito devido a pouca força que o MST tem para influenciar as decisões dos agricultores a partir do momento em que eles já estão assentados.

A partir do período no qual os assentamentos são constituídos, as demandas dos agricultores se tornam mais difusas (educação, infraestrutura, crédito, etc.), tendo o MST pouca possibilidade de atendê-las. Desse ponto em diante, na concepção dos entrevistados, o aparato estatal passa a ter mais relevância e estrutura para acolher as reivindicações.

Assim, para os entrevistados, a função de fomentar a Agroecologia nos assentamentos acaba sendo prioritariamente do Estado, que deveria elaborar mais políticas públicas com esse objetivo.

- Fatores que limitam a difusão da Agroecologia nos assentamentos

Buscou-se, nos discursos dos entrevistados, encontrar o que em suas visões tem impedido uma maior adoção de práticas agroecológicas.

Para eles, apesar dos agricultores não terem uma resistência ideológica em relação à Agroecologia, e até mesmo acreditarem nesse discurso, ainda não possuem a coragem, conhecimento e os recursos necessários para modificar o seu sistema de produção. Essa constatação sugere, como afirma Lipton (1968), que o camponês não tem como meta apenas o lucro, mas tem inerente a si uma “aversão ao risco”, matéria

que muitos autores de tendência neoclássica discutiram quando da implantação e dispersão do pacote da revolução verde.

“Bastante é o medo. A gente avalia assim, que muitos têm aquele medo, tipo você tem o vício do cigarro você quer deixar ele, e você pensa, será que vou conseguir? será que vou aguentar?” (ENTREVISTADO 3).

Esse processo de resistência às mudanças por parte dos agricultores também foi percebido por BARCELLOS (2010) em seu estudo de caso em um assentamento no Rio Grande do Sul.

Essa resistência pode ser melhor explicada por intermédio dos conceitos de *habitus*⁷ e *poder simbólico*⁸, elaborados por BOURDIEU (1989), já que o modelo de produção impetrado pela Revolução Verde condiciona as tomadas de decisão dos agricultores. Em outras palavras, o *poder simbólico* do agronegócio tem determinado um *habitus* aos agricultores, o que, por sua vez, tem impedido que eles modifiquem os seus sistemas produtivos, mesmo conscientes das deficiências desses sistemas. No excerto abaixo isso fica evidente.

“Entrevista lá o pessoal do Rio Grande do Sul, todo mundo está produzindo soja transgênica, eles defendem a Agroecologia, mas produzem soja transgênica. E aí como é fica isso? Essa é uma contradição.” (ENTREVISTADO 1).

Na visão dos entrevistados, somente por um conjunto de ações, levadas a cabo pelo Estado, através de criação ou consolidação de políticas públicas, seria possível a quebra dessa resistência.

- A realidade agroecológica nos assentamentos

Por mais que a Agroecologia esteja há mais de 10 anos presente no discurso do MST, todos os entrevistados apontaram que as experiências práticas ainda são uma pequena exceção dentro do universo dos assentamentos.

“O Movimento ainda está longe de alcançar uma coisa que pode se chamar de agroecológica, mas tem pequenas experiências em cada assentamento, em cada estado, sempre tem uma experiência acontecendo.” (ENTREVISTADO 1).

⁷ O conceito de *habitus* se refere à influência que uma determinada estrutura social possui sobre os sujeitos, condicionando o seu modo de pensar e agir.

⁸ O poder simbólico se refere aos valores e signos presentes em um determinado campo social.

“[...] acho que nós temos dificuldades de elencar algum assentamento [agroecológico] aqui [no estado...]. Eu penso que as experiências são mais pontuais, são mais eventuais [...]” (ENTREVISTADO 2).

“[...] aqui em São Paulo nós temos experiências que foram, avançaram mais e depois voltaram atrás [...]” (ENTREVISTADO 4).

“Lá nós temos cerca de 13000 famílias assentadas, vamos dizer que em torno de 2000 famílias trabalham dentro de uma perspectiva agroecológica.” (ENTREVISTADO 5).

As lideranças alegam que muito da dificuldade para a difusão da Agroecologia está relacionada com a incapacidade do Movimento de influenciar as decisões dos agricultores assentados, conforme salientado anteriormente. Ademais, para justificar as diferenças entre os vários Estados, ou entre diferentes territórios dentro do mesmo Estado, foi argumentado que depende da adoção pelas lideranças locais da Agroecologia como diretriz prioritária, bem como a existência de todo um contexto favorável.

“Então depende muito qual é o conjunto de pessoas que cercam essa região e qual o comprometimento real perante a esse processo. [...] você tem que ter um conjunto de pessoas, aí entra a assistência técnica, as lideranças, aí entra agricultores que vestem a camiseta, entram recursos financeiros, humanos. Entra a ajuda do estado, um estado mais comprometido” (ENTREVISTADO 5)

Porém, apesar das dificuldades apontadas para a adoção de práticas agroecológicas nos sistemas de produção, foi perceptível, nos discursos, a presença recorrente de uma visão otimista desse processo. Ficou enaltecido que os debates, as ações de fomento e a adesão por parte dos agricultores à pauta da Agroecologia, estão em ascensão. Foi corrente o uso de expressões como “antes era pior”, “estamos caminhando para isso”, “esse é o caminho”.

Vale destacar a observação feita pelo intelectual orgânico entrevistado:

“Mas a experiência agroecológica está sendo construída no mundo inteiro também. Eu tenho estudado o EUA, o Canadá, México, Argentina, Bolívia, Espanha, Portugal, França, eu tenho visto como os Movimentos vinculados à Via Campesina, todos eles estão procurando a produção agroecológica, a produção orgânica.” (ENTREVISTADO 1).

Assim pode-se afirmar que, apesar da adoção das práticas preconizadas pela Agroecologia ainda abarcarem um número pouco significativo de agricultores, o processo de adesão à perspectiva agroecológica tem sido crescente.

Inferiu-se, pela fala desse intelectual, que o MST se localiza na vanguarda dos movimentos camponeses em relação à disseminação de uma perspectiva ambiental junto aos seus militantes. As dificuldades encontradas para propagar o paradigma agroecológico não são exclusividade do MST, constituindo-se em um desafio para todos os demais movimentos, assim como para a sociedade em geral.

Essas entrevistas, dentro do contexto apresentado às lideranças, puderam ser resumidas, fornecendo uma representação sintética dos pensamentos relativos ao protagonismo da Agroecologia junto ao MST (QUADRO 1).

Categoria de análise	Principais respostas
Definição de Agroecologia para o MST	<ul style="list-style-type: none"> • Não se restringe a um sistema de produção. • Não se restringe a uma ciência. • Possibilidade de propiciar aos assentados sua reprodução social de forma digna. • Forte componente contra-hegemônico, coerente com a ideologia do MST em sua luta contra o capitalismo.
A emergência da Agroecologia dentro do MST	<ul style="list-style-type: none"> • Processo ainda em construção. • Processo lento, dependente de correlações de forças internas. • Move-se de um debate marginal, para se tornar um tema cada vez mais importante (tema crescente). • Fomentado pela adesão do MST à Via Campesina e pela falência do modelo de CPAs. • Não é o tema prioritário do MST. • Tema relativamente circunscrito ao Setor de Produção, porém articulador entre as pautas dos demais setores. • MST é um movimento <i>também</i> agroecológico.
Resistência das lideranças à Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> • Não é o fator determinante para a adoção, ou não, das propostas agroecológicas nos assentamentos. • Ainda existe, mas possui pouca significância. • Cada vez mais, as lideranças, acreditam que pode ser um caminho.
Ações de fomento à Agroecologia pelo MST	<ul style="list-style-type: none"> • A Agroecologia não se restringe a um discurso, busca-se concretizá-la nos assentamentos. • Reivindicação de políticas públicas voltadas para o fomento da Agroecologia (crédito, ATER, formação de técnicos) • Forte atenção às ações de formação (cursos técnicos para jovens, curso de graduação e pós-graduação, Jornada de Agroecologia, centros de formação do Movimento, educação infantil, capacitações para assentados).
Fatores que limitam uma maior difusão da Agroecologia nos assentamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Consciência de que os esforços do MST possuem impacto limitado • Seria responsabilidade do Estado criar condições propícias para uma maior disseminação da Agroecologia • Dentro de suas possibilidades, o MST faz o máximo possível • Resistência dos agricultores determinada pelo <i>habitus</i> imposto pelo poder simbólico do agronegócio.
A realidade agroecológica nos assentamentos	<ul style="list-style-type: none"> • É uma exceção. • Visão otimista. • Apesar de lentas e pouco perceptíveis, vêm ocorrendo significativas mudanças nesse sentido. • A difusão da Agroecologia não é uma dificuldade exclusiva do MST, mas um desafio para todos os movimentos camponeses.

QUADRO 1 - SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS PONTOS CONTIDOS NOS DISCURSOS DAS LIDERANÇAS, EM FUNÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

FONTE: dados da pesquisa

CONCLUSÕES

Pôde-se apreender pelas análises das entrevistas que a Agroecologia emerge dentro do MST a partir de um processo dialético interno que vem se consumando nos últimos anos.

Esse processo de disputa entre diferentes visões de mundo propiciou ao Movimento a construção de um conceito de Agroecologia próprio, com forte conotação sociopolítica, já que esta não é encarada somente como um modo de produção ambientalmente sustentável, mas também como uma forma de se romper com a lógica capitalista do agronegócio.

Dentro deste contexto dois discursos agroecológicos harmônicos, mas para públicos diferentes, são utilizados pelo Movimento. Um que oferece diretrizes para os agricultores melhorarem as suas condições materiais concretas (mudança do sistema de produção, saúde, auto-consumo, etc.) e outro que serve como bandeira de luta (repúdio aos transgênicos, independência dos setores industriais, preservação ambiental, etc.), coerente com uma proposta de reforma agrária que busca um novo modelo de desenvolvimento rural, diametralmente oposto à lógica do agronegócio.

Apesar de importante e crescente dentro da estrutura do Movimento, o debate sobre Agroecologia não se constitui como uma agenda prioritária, sendo considerada como mais um entre os diversos temas importantes, estando os seus debates mais circunscritos ao Setor de Produção.

Por outro lado, por sua capacidade de abranger variadas temáticas, a Agroecologia pode atuar como um eixo articulador das diferentes diretrizes do Movimento. Consegue abarcar em seu discurso, por exemplo, questões de gênero, luta de classes, questão ambiental, saúde, segurança alimentar, etc. Deste modo, é possível afirmar que o MST tem buscado ampliar sua pauta de reivindicações, agregando a ela a dimensão ambiental, sem com isso abrir mão de suas históricas demandas sociais, configurando-se assim como um movimento *também* agroecológico.

Um ponto a ser destacado é que apesar de a Agroecologia estar internalizada dentro do discurso do Movimento, presente em todos os seus documentos internos e já convertida em diretrizes de atuação, as realidades concretas dos assentamentos em muito pouco refletem isso. Foi refutada a hipótese inicial de que isso se devia a uma resistência teórica das lideranças.

Os entrevistados expuseram que o Movimento tem realizado os esforços necessários e possíveis, dentro de sua alçada, para o fomento da Agroecologia, mas esses têm sido insuficientes para a transformação do *habitus* dos agricultores.

Assim, o Estado é responsabilizado pela baixa adesão dos assentados aos processos agroecológicos, uma vez que somente ele teria a estrutura e recursos necessários para seu fomento. Por conta dessa percepção, para as lideranças, fomentar a Agroecologia é também pressionar o Estado a providenciar políticas de crédito, de assistência técnica e extensão rural, de formação, de comercialização, entre outras que apóiem esse caminhar.

A partir do exame crítico das entrevistas foi possível perceber que as lideranças se isentam da responsabilidade sobre a ineficácia da transformação do discurso agroecológico em práticas concretas. Nesse sentido, foi esclarecedor constatar que não foi identificada nenhuma autocrítica em relação a isso.

Pelo contrário, apesar de confirmarem que as experiências agroecológicas são pouco significativas em números absolutos, todos os entrevistados apresentaram uma visão otimista sobre esse processo, afirmando que importantes transformações vêm ocorrendo nos últimos anos, e potencializá-las faz parte da estratégia do MST.

Em suma, pôde-se concluir que o MST mudou de forma radical o seu discurso no tocante aos assentamentos, migrando de um enfoque fortemente tecnicista e produtivista, para outro onde as demais dimensões da vida ganham gradativamente relevo com base nas proposições da Agroecologia. Contudo, isso ainda não tem sido suficiente para modificações significativas nos processos produtivos dos assentados.

REFERÊNCIAS

BALETTI, B.; JOHNSON, T.M.; WOLFORD, W. Late mobilization: transnational peasant networks and grassroots organizing in Brazil and South Africa. *Journal of Agrarian Change*, Vol. 8 Nos. 2 and 3, April and July 2008, pp. 290–314.

BARCELLOS, S.B. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. Seropédica,

2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; CARMO, M.S. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. **Reforma Agrária**, v.21, p. 60-68, jan/abr 1991.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BORGES, J.L. **MST: do produtivismo a agroecologia**. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, RS; BERGAMASCO, SMPP; MOREIRA, SS; FONTE, NN; FIDELIS, LM; OTTMANN, MMA. Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n.8, p.14-23, 2007a.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BRENNEISEN, E.C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

DELGADO, A. Opening up for a participation in agro-biodiversity conservation: the expert-lay interplay in a brasilian social movement. **J Agric Environ Ethichs**, n.2, p. 559-577, 2008.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

FABRINI, J.E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p. 75-94. jul/dez 2002.

FERNANDES, B.M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B; WHITAKER, D.C.A. (Orgs) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 27-52.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

KAGEYAMA, A (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, GC; GASQUES, JC; VILLA VERDE, CM (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA. p. 113-223. 1990. (Série

IPEA, 127).

KARRIEM, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. **Geoforum**, 40, p.316-325, 2009.

LIPTON, M. The theory of the optimising peasant. **Journal of Development Studies**, vol. 4, no. 3, Colchester, Essex, Inglaterra (UK), 1968.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 3, p. 3-43, 1990.

MARTINE, G; GARCIA R. C. A modernização agrícola e a panela do povo. In: MARTINE, G; GARCIA R. C.. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. p. 81-95.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**. São Paulo: MST, 2000

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Programa de Reforma Agrária do MST – 1984. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, p. 177-179.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b, p. 187-210.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. [São Paulo]: [s.n.], 2007a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Carta do 5º Congresso nacional do MST**. MST, 2007b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7701>>. Acesso em 03 mar. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. MST, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7708>>. Acesso em 03 mar. 2011.

NAVARRO, Z. “Mobilização sem emancipação” - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M.B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul/dez 2008.

RAMOS FILHO, L.O.; SEVILLA GUZMÁN, E. Reforma agraria agroecológica como alternativa de recampenización en zonas de agricultura industrializada: la experiencia del asentamiento “Sepé Tiaraju”, Ribeirão Preto, Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Ipojuca. **Anais**

eletrônicos... Ipojuca: ALASRU, 2010.

SCOPINHO, R.A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 84-94, 2007.

STÉDILE; J.P.; FERNANDES B.M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 166p.

TONÁ, N.; GUHUR, D.M.P. O diálogo de saberes na promoção da agroecologia na base dos movimentos sociais populares. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.4, n.2, p. 3322-3325, nov. 2009.

VALADÃO, A.C.; MOREIRA, S.S. Reflexões sobre a compreensão da Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.4, n.2, p. 2842-2846, nov. 2009.

VERGARA-CAMUS, L. The MST and the EZLN struggle for land: new forms of peasant rebellions. **Journal of Agrarian Change**, v.9, n.3, p. 365-391, July 2009.

WELCH, C. Camponeses: Brazil's peasant movement in historical perspective (1946-2004). **Latin American Perspectives**, 167, v.36, n.4, p. 126-155, July 2009.

WOLFORD, W. Producing community: the MST and land reform settlements in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v.3, n.4, p. 500-520, October 2003.